

E tem tudo a perder com a prevalência das lógicas exclusivamente nacionais e proteccionistas, que apenas favorecem as grandes potências» (p. 13). Concluindo, Oliveira Martins considera que «a recusa de passos corajosos no sentido da democracia supranacional só pode beneficiar os grandes. Mais, o autor considera que deve haver mais Europa política que zele pelo bem comum europeu, dando como exemplo a confusão entre supranacional e intergovernamental, o que está na origem da debilidade política do Pacto de Estabilidade e Crescimento do Euro, como o recente comportamento da Alemanha e da França tão bem demonstrou (p. 14).

Este especialista considera que o debate sobre a futura Constituição Europeia não se devia concentrar nos egoísmos nacionais relacionados com a composição da Comissão ou a rotatividade da presidência do Conselho Europeu, mas na defesa de interesses comuns, no sentimento europeu e num sistema equilibrado da divisão do poder (mais conhecido pela expressão inglesa *checks and balances*). No caso específico de Portugal, Oliveira Martins considera que o interesse nacional é melhor defendido com uma segunda câmara legislativa de Estados, a preferência da regra da maioria qualificada sobre o veto, o prevalecimento da lógica do parlamentarismo sobre um sistema presidencialista do Conselho Europeu e a atribuição à Comissão de funções executivas.

Oliveira Martins conclui que a Constituição da União Europeia re-

presenta «uma garantia acrescida para os cidadãos». Conforme Francisco Lucas Pires afirmou a páginas tantas, «a soberania não se perde por ser partilhada». Na realidade, conforme estabeleceu o reputado historiador Alan S. Milward, a soberania do Estado sai reforçada com o processo de integração. Um realidade reforçada para os pequenos e médios Estados, conforme o historial recente da integração europeia prova.

Independentemente dos pontos de vista acima citados, o livro de Guilherme Oliveira Martins é uma obra notável de síntese e clareza sobre a proposta de constituição europeia que permite aos leitores inteirarem-se sobre as principais questões e decidirem por si próprios no referendo, referendo este que é desejado pelo autor para legitimar democraticamente este renovado passo no processo de integração europeia. Um considerável feito numa área mais que conhecida pela sua opacidade e dificuldades de compreensão.

NICOLAU ANDRESEN LEITÃO

Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista, António Firmino da Costa (orgs.), **Etnografias Urbanas**, Oeiras, Celta Editora, 2003.

É de saudar que a comunidade académica tenha trocado a publicação das velhas «actas» de encontros

científicos — pesadas, difíceis de encontrar e com textos demasiadamente próximos da lógica da apresentação oral — por formas mais práticas e duradouras de difusão de resultados. Estas variam, no momento que corre, entre a edição *on-line*, com as suas grandes vantagens e grandes riscos, e os mais clássicos formatos de livro/colectânea ou de número especial de revista científica. Entre estes dois, debate-se ainda qual virá a tomar preponderância: o número temático de revista, com as suas garantias de rigor assente no sistema de revisão por pares, cada vez mais submetido às regras que emanam das ciências físico-naturais, ou o livro, com a sua liberdade e o seu espaço consolidado nos hábitos dos consumidores-leitores, das bibliotecas, dos distribuidores e livreiros. A opção é ainda livre e foi por este último formato que optaram os coordenadores de *Etnografias Urbanas* (Oeiras, Celta Editora, 2003) para materializar os resultados do seminário «Cidade e diversidade: perspectivas de desenvolvimento em antropologia urbana», realizado no ISCTE em 2001. Organizado pela antropóloga Graça Índias Cordeiro e pelos sociólogos Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa, todos eles com longa experiência de trabalho etnográfico em Lisboa, o encontro reuniu especialistas portugueses e interlocutores internacionais; sendo várias as proveniências disciplinares, dominam a antropologia e a sociologia qualitativa. De notar ainda que, embora o referencial

teórico explicitado seja largamente o anglófono e sociológico, a escolha dos interlocutores — os antropólogos Gilberto Velho, do Rio de Janeiro, e Joan Pujadas, de Tarragona — revela uma das tendências contemporâneas nas ciências sociais portuguesas, a de trocar a relação hierárquica e nem sempre comunicante com os autores de língua inglesa e francesa, praticada pela geração anterior, pela relação mais paritária com colegas espanhóis e brasileiros que trabalham em assuntos afins.

Sem pretender ser exaustiva ou programática, *Etnografias Urbanas* dá-nos uma visão geral sobre o estado da antropologia urbana em Portugal ou, para sermos mais precisos, dos estudos sociais urbanos que recorrem à etnografia como método principal. O formato de livro revelou-se uma boa escolha, já que permitiu reproduzir a pulsação das apresentações originais com os devidos enquadramentos teóricos e discussão final. Temos, por conseguinte, um número razoável de capítulos curtos, rápidos, incisivos, pontuados por reflexões de maior fôlego.

Abre o volume uma introdução geral dos três autores, seguida de uma apresentação teórico-metodológica de Graça Cordeiro, «A antropologia urbana entre a tradição e a prática». Os capítulos organizam-se em duas secções: «Territórios, imagens e poderes», apresentada por Luís Baptista, e «Estilos de sociabilidade», apresentada por Firmino da Costa.

No primeiro grupo contamos com as reflexões de Joaquim Pais de

Brito, que, a partir da Exposição do Fado, que organizou no Museu de Etnologia, chegou à «cidade exposta» — ou como um antropólogo treinado no rural e no circunscrito da aldeia encara os fios do urbano e deles expande para a problematização da antropologia, do terreno, do método. Segue-se Luís Fernandes, à solta no Rio de Janeiro com «a imagem predatória da cidade»; e, com Bachelard a bater-lhe no peito e o Porto na lembrança, as imagens soltas dos perigos que se colam à cidade cosem-se afinal numa proposta de reflexão articulada onde perpassa a experiência sensorial e cognitiva dos primeiros momentos de uma incursão etnográfica em território estranho. O texto seguinte, «Processos de integração na imigração», de Rui Pena Pires, constitui-se num momento de explanação conceptual e uma contribuição para o quadro possível de teorização de alguns dos processos que mais atraem os apetites etnográficos e aparecem, por vezes apenas na fugacidade da aparência, com recortes etnicizados e facilmente encurralados na rotina teórica que lhe propõe estudos de integração; um alerta para os excessos da empiria, portanto. Abordando um outro território, precisamente no lugar oposto dos tendencialmente marginais ou obscuros objectos de pesquisa etnográfica, vem o capítulo «Mulheres na polícia — visibilidades sociais e simbólicas», de Susana Durão e Alexandra Leandro; se na constelação convencional a polícia estava fora da cartografia do etno-

grafável, já que era um objecto conhecido e medido pelos instrumentos do Estado e do poder, já a sua composição e mutações merecem uma reconsideração, e assim o fazem as autoras, abordando como centrais os processos de transformação na composição e género deste corpo habitualmente masculino. Com a polícia e as suas regularidades ao fundo, Tiago Neves apresenta-nos notas das suas incursões aos contextos portuenses de circulação e consumo de droga, ou, como na linha de outros autores apropriadamente designa, os «territórios psicotrópicos» e as suas «definições de normalidade» e «controle social formal». Para terminar a secção, temos em «Estratégias arquitectónicas, tácticas habitacionais» uma inspirada e inspiradora viagem à materialidade habitacional na cidade de Lisboa, com breve referência a três bairros de épocas diferentes — Avenidas, Alvalade e Olivais Sul, com mergulho completo e a vários ritmos neste último. Sem deixar de contextualizar esta experiência urbanística de grande escala entre as medidas para contenção das ameaças de caos periférico, enquadramento de conflitos, redução de tensões sociais, João Pedro Nunes privilegia a transformação do espaço material genérico da «habitação» no espaço humanizado, vivido, socializado e constringido de particularidades da «casa».

Na segunda secção é-nos oferecido um conjunto de olhares intimistas sobre sociabilidades urbanas específicas. As referências movem-se entre grupos, redes, bairros, categorias

ocupacionais/recreativas e eventos sociais e culturais. Temos as sociabilidades entre guineenses, apresentadas por Fernando Luís Machado, articulando espaço, classes, parentesco, relações intra e interétnicas; as jovens «Estrelas caboverdianas» do bairro «Estrela d'África», estudadas por Marina Antunes, cruzando as referências à geografia de diferenciação cabo-verdiana, as articulações centrípetas de classe de idade, a condição de frágil cidadania e a gramática redentora da amizade e da dança; a curiosa Xuventud de Galícia em Lisboa, apresentada por Inês Pereira («Construção identitária em rede»), onde se constroem identidades que dispensam o lastro genealógico e se concentram em actuações criadoras de legitimidade. Por fim, temos três viagens ao mundo das alterações de consciência e da sua indução colectiva, os rituais e práticas urbanos associados às substâncias e ao transe: Maria do Carmo Carvalho apresenta-nos «experiências psicadélicas juvenis», Susana Henriques fala-nos de «risco cultivado» em «novos consumos em ambientes de lazer» e Miguel Chaves leva-nos às «imagens e éticas de uma festa contemporânea», a *Rave*.

Com sínteses finais de Gilberto Velho («Continuidade e inovações na antropologia portuguesa: cidade e diversidade») e Joan Pujadas («Territórios, redes e formas de sociabilidade: novos horizontes nos estudos urbanos portugueses»), este livro constitui-se num atraente caleidoscópio — à semelhança da cidade, e,

como ela, alegremente viciando, convidando, inspirando a mais.

CRISTIANA BASTOS

Isabel, condessa de Rio Maior, Correspondência para os seus filhos 1852/1865, Estudo biográfico, organização e notas de Maria Filomena Mónica, 2.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores, 2004, 350 páginas.

Branca de Gonta Colaço, Memórias da Marquesa de Rio Maior, prefácio de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005, 296 páginas.

Um registo de correspondência familiar entre uma mãe e os filhos e um livro de memórias... Duas obras, duas autoras com muitos pontos em comum, para além de uma estreita relação familiar entre si: Isabel Maria de Sousa Botelho de Vasconcelos (1812-1890), condessa de Rio Maior, autora do acervo epistolar colocado à disposição do público por decisão dos seus descendentes, era sogra de Maria Isabel Lemos e Roxas Carvalho Menezes de Saint-Léger (1841-1920), marquesa de Rio Maior, cujas memórias, recolhidas por Branca de Gonta Colaço entre 1913 e 1918 e dadas à estampa pela primeira vez em 1930, são agora reeditadas, numa feliz iniciativa da Parceria A. M. Pereira.